

ENTREVISTA COM DANILO SANTOS DE MIRANDA

1. No dia 13 de setembro de 2015 o Sesc completou 69 anos de existência. Já se trata de uma instituição cuja longevidade abranje 3 gerações de brasileiros (1946-2015). Em vista desse tempo, como pode ser entendida a missão institucional do Sesc?

Para expor a missão do Sesc, é preciso lembrar do quadro histórico. Diante da nova ordem econômica do pós-guerra, o Brasil atravessava profundas transformações na economia agrária e avançava no processo de urbanização das cidades, preparando-se para os novos rumos de sua industrialização e para o crescimento de seu mercado interno no consumo dos bens produzidos. Ou seja, o modelo de produção brasileiro baseado na indústria agrária começava a mudar para uma indústria baseada em elementos mais modernos, avançados. Isso transforma as cidades; os comércios e serviços crescem, as populações explodem. Era um país que tinha 80% da sua população no campo e 20% na cidade e essa equação começa a se inverter. Então isso transforma a sociedade, e o Estado tenta responder, mas não consegue por uma série de razões.

Para essa expansão, eram imprescindíveis a formação de novos quadros e a qualificação da mão-de-obra existente, tanto para a indústria quanto para o comércio. Os empresários dessas áreas começam, então, a assumir compromissos. E esse comprometimento pode ser referido na noção de bem-estar e também, hoje, na tão falada noção de responsabilidade social. É nesse momento que isso começa a acontecer. Essa responsabilidade se dá pelo compromisso do empresariado em defesa da paz social diante das diversas tensões que grassavam no país. É assinada pelos empresários, em 1946, num encontro em Teresópolis, a “Carta da Paz Social”, que ainda hoje é atualíssima. Nela, os empresários falam da importância do emprego, da função social da empresa, do compromisso da mudança e da transformação na vida das pessoas. Os empresários dessas áreas propuseram uma união nacional com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, criando condições para a melhoria de vida dos trabalhadores, numa parceria singular com o Estado.

Desse espírito nascem essas instituições, os chamados “S”. O Senai foi criado primeiro, em 1942. E em 1946 são criados o Sesi, o Senac e o Sesc. Se constitui, então, um embrião desse mecanismo de obter recursos das empresas voltados para o bem-estar social do trabalhador e da formação profissional. Um dos pontos significativos do regimento de criação dessas entidades é que elas deviam ser administradas autonomamente, ou seja, cada uma com suas características e em cada Estado, geograficamente falando, se adaptando às necessidades locais.

Eu, particularmente, recuso um pouco a denominação de “Sistema S”, porque no momento que designamos de forma unificada, juntamos num mesmo conceito instituições absolutamente diferentes, com objetivos, culturas, modos de agir e perspectivas diversos.

Pensando especificamente no Sesc de São Paulo, o entendimento da política de ação educativa e cultural que desempenhamos é abrangente desde o nascedouro. Atualmente, portanto, e aqui entra uma terceira noção, ligada à centralidade que a cultura e a educação têm para nós, trata-se de uma política que pode ser definida como sociocultural, uma vez que se refere à implementação de programas para públicos variados e com objetivos culturais, sociais, desportivos e artísticos próprios. Cada unidade do Sesc configura um centro que oferece um conjunto de atividades esportivas, artísticas, de lazer e cultura.

2. Se os públicos são variados, como é que se fundamenta essa política sociocultural?

Eu disse que o entendimento da política de ação é abrangente desde o início, mas a condução da ação política da instituição transformou-se ao longo das décadas.

Pode-se resumir a trajetória histórica do Sesc em quatro etapas. Uma primeira de cunho assistencial, marcada por ações de atendimento nutricional, médico, odontológico, de orientação puerinatal e de atuação para o lazer do trabalhador. Até hoje o Sesc possui programas de saúde, e cito aqui o atendimento odontológico, por exemplo, que pode ser usufruído pelos trabalhadores do comércio e serviços com preços bem abaixo dos que são praticados pelo mercado.

A segunda, a partir de meados da década de 1960, ficou marcada por uma característica de orientação social e comunitária, traduzida na prática por um planejado trabalho de intervenção na capital e principalmente nas comunidades do interior de São Paulo, em cidades que não dispunham de unidades do Sesc. Foram as chamadas Unidades Móveis de Orientação Social – UNIMOS. Veja que a sigla constitui um indício, ou melhor, uma continuação dos propósitos da Carta da Paz Social; falo do caráter marcante de uma ação cujo intuito é o de unir forças e saberes para encaminhar atividades que sejam do interesse da população local. Eu entrei no Sesc nesse momento, em 1968.

Esse período foi de destacada importância para a instituição, não só por ser uma ação comunitária no tempo mais férreo da ditadura, uma ação que conclamava as pessoas a estarem juntas realizando atividades de seu interesse, mas porque ela permitiu um tipo de experiência direta no que se refere à percepção de como a sociedade se estrutura – agora é o

sociólogo falando [risadas] – e no que diz respeito aos problemas estruturais que ainda hoje não foram sanados. Os orientadores sociais, esse era o nome do cargo, chegavam em cidades do interior que não tinham infraestrutura praticamente alguma, quero dizer, geralmente não tinha teatro, não tinha espaço para atividades esportivas, não tinha cinema etc. Ao chegarmos, procurávamos as lideranças locais (prefeitura, sindicato, associação comercial, delegacia de polícia, diretores de escola etc) e com elas buscávamos mobilizar e envolver a população local na organização autônoma de atividades. Fazíamos um pouco de tudo nessa organização, até palestras e cursos estávamos preparados para dar.

A terceira tem a ver com a expansão física do Sesc e com a construção de unidades, isto é, centros culturais e desportivos no feitio que temos hoje, bem como se relaciona à ênfase nos aspectos educativos do lazer e da cultura voltados ao trabalhador. O marco dessa fase foi a construção do Centro Cultural Carlos de Souza Nazaré, hoje conhecido como Sesc Consolação; o projeto era de uma estrutura que trazia no mesmo local piscinas, quadras esportivas, um teatro (o Teatro Anchieta), salas de uso múltiplo, espaço para alimentação, consultório odontológico, entre outras coisas. Até então o Sesc tinha dezenas de Centros Sociais, que nada mais eram do que casas amplas em que as ações eram realizadas, com poucas possibilidades e muitas limitações.

E a quarta se configura na forma de uma política de ações socioculturais, com ênfase na diversidade, que se mantêm até a atualidade.

Nesse quadro muito breve dá para notar que o Sesc faz escolhas, opções, busca caminhos novos e procura ousar no cumprimento de sua missão. Esse caráter é o que mantém a instituição focada com o seu tempo, com o contexto social brasileiro e, no nosso caso, paulista. Também é isso que levou a instituição ao destaque obtido no panorama do incentivo à cultura brasileira e suas políticas públicas.

Voltando ao começo, é claro que no momento assistencialista a ação sociocultural, tal como entendida hoje, não estava absolutamente colocada como um componente indispensável para o ser humano, como parte quase essencial da função social para transformar quem chega à cidade urbana, vindo do interior, em pessoas integradas num processo produtivo, em todos os sentidos, não apenas capitalista, mas de participação efetiva, na busca de um padrão de bem-estar para si mesmo e para os outros. E hoje se trata de outro tipo de integração; trata-se do saber viver junto no contexto urbano, do respeito à diversidade, da efetiva valorização dos direitos humanos e culturais. Para mim, esse é o resultado final: o bem-estar social para todos como objetivo central.

Agora, há grandes linhas que se observa no planejamento da instituição. São linhas que atuam muito no campo da organização orçamentária, de aplicação de recursos. Estamos falando de Educação, Cultura, Lazer,

Assistência e Saúde – esses são os eixos de nossa política, tudo entendido com uma perspectiva educativa. No passado, o Sesc fez saúde terapêutica direta, tinha hospital, maternidade. Hoje temos uma ação voltada para a saúde na área terapêutica apenas no atendimento odontológico, no país inteiro. Mas do ponto de vista da saúde global, entendida dentro do espírito da Organização Mundial da Saúde (OMS), enfatizamos que saúde é também mais informação. Trabalhamos com a perspectiva da prevenção, por exemplo.

Já os investimentos feitos em cultura, lazer e educação, nessas linhas que destaquei, caminham no sentido de permitir que a população que usufrui do Sesc tenha acesso às diversas manifestações artísticas e culturais, principalmente de menor visibilidade e com importante valor de expressão, experimental ou tradicional. Empregando uma metodologia que reúne diretrizes de ação cultural, de educação permanente e de educação pelo lazer, o Sesc congrega em seus centros culturais e desportivos diversas áreas temáticas, tais como cidadania, educação ambiental, desenvolvimento físico desportivo, artes visuais e tecnologias, além de programas específicos para crianças, adolescentes e idosos, entre outros.

No decorrer desses quase 70 anos de história, o Sesc foi aprimorando seus mecanismos de atuação. Um dos elementos mais importantes da essência e do DNA da instituição diz respeito a essa perspectiva programática, em que a cultura é vista como promotora de mudança, transformação, protagonismo e valorização das pessoas e da sociedade. A cultura tem a ver com a educação permanente, que não é só a escolar, mas a educação do dia-a-dia.

3. Dentro dessa visão de cultura e educação, quais são os principais desafios colocados hoje para a ação do Sesc e para sua gestão?

Os desafios são muitos e estão relacionados ao nosso país, nessa característica de ser emergente e de estar entre as 10 maiores economias do mundo. Já foi 7ª e agora devido à crise política (mais política que econômica, penso eu), é a 9ª maior economia do mundo, em termos de PIB. Os desafios se tornam complexos porque há muitos problemas que precisam ser sanados e o Sesc tem papel fundamental nisso, de contribuir para a melhoria de vida da população. Um exemplo do que digo diz respeito à carência de infraestrutura para atividades socioculturais. O governo tem investido para sanar a carência de teatros, cinemas, quadras poliesportivas nas cidades que não têm esses equipamentos – ou ao menos tem criado programas e parcerias com os municípios para tal.

Por isso, uma instituição como a nossa entra nessa questão da infraestrutura; o Sesc tem que ser abrangente e duradouro e tem que ter sempre uma perspectiva estratégica de futuro.

Então, nós não estamos parados; fisicamente nós temos um plano de expansão importante baseado na nossa capacidade de crescimento, um plano objetivo. Nós não estamos fazendo loucuras para depois dizer “Como é que vamos fazer pra manter isso?”. Não adianta também imaginar que a gente vai triplicar o tamanho em dez anos. Isso não existe. Não há dinheiro para isso.

O Brasil retomará o crescimento e somos otimistas com relação ao futuro. E o Sesc vai crescendo gradativamente, também. Então, do ponto de vista material, existe esse fenômeno e do ponto de vista conceitual existe uma questão de base, que é a seguinte: o tempo livre e o tempo dedicado às atividades não-materiais cresce em todos os continentes. E uma das características desse desenvolvimento é dar liberdade a esse crescimento, aumentando a possibilidade que se tem de usar melhor o tempo de maneira autônoma. Isso é o fundamento da ação que realizamos no Sesc.

Numa cidade com atividade intensa, sempre se sente a necessidade de conhecer ou experimentar outros universos, de expandir o conhecimento cultural. E quem pode oferecer essas atividades e essas experiências? Às vezes é a igreja, ou é o clube ou são as iniciativas da sociedade civil organizada... Então, às vezes alguém pode dizer: “Mas o Sesc daqui a pouco pode não existir, vem uma lei aí e acaba”. Não, não. O que nós fazemos, alguém vai ter que fazer. Porque a sociedade, hoje, tem isso cada vez mais claro e exige isso. Trata-se de entender a essencialidade de uma ação sociocultural e educativa.

Agora, o outro lado da moeda se refere a como administrar a instituição. Do ponto de vista da cultura, o primeiro dilema de qualquer política pública de gestão cultural é: como administrar o inadministrável? A arte – as linguagens culturais, nesse caso – e a cultura humana formam um campo onde a liberdade se manifesta da maneira mais plena possível. Como lidar com algo que é absolutamente livre, imprevisto? Portanto, nesse campo, não podemos ter políticas rígidas que estabeleçam normas, da mesma forma que temos para administrar o comportamento, a aplicação da justiça, a transmissão do conhecimento científico. Toda ação voltada para a cultura tem de ser muito cuidadosa, por isso ela é mais difícil. No Sesc, temos voltado nossa consciência para a questão central da cultura. E a questão central é: “educação e cultura” como sendo duas faces de uma mesma moeda. Eu encaro a educação como a grande matriz orientadora da ação cultural. Ou seja, além de não poder ser rígida, qualquer política cultural tem que estimular o caráter educativo da cultura. Sempre.

Essa é a linha de trabalho que considero educativa: o respeito a todas as tendências, respeito ao ser humano, a valorização do outro, a cons-

trução de uma sociedade solidária e ética, e a difusão da cultura da paz. Para resumir, a construção de uma sociedade melhor. O Sesc cumpre uma missão institucional importante, porque atua no país inteiro; e, em São Paulo, temos mais responsabilidades, pois é o estado que dispõe de mais recursos, tecnologia e insumos.

Nós estamos planejando o futuro da instituição, temos que pensar permanentemente no crescimento da cidade, do estado e do país. Na nossa visão estratégica, precisamos acompanhar essa expansão, por exemplo, colocando mais equipamentos à disposição da população. Isso está acontecendo na cidade de São Paulo: já estamos com o terreno no Parque Dom Pedro, ao lado do Mercado Municipal; em breve teremos a inauguração do novo Sesc Av. Paulista e do Sesc 24 de Maio, este localizado no coração do centro antigo da cidade, ao lado da estação República do metrô, assim como o futuro Sesc Campo Limpo, que já opera provisoriamente com uma vasta programação. E também o Sesc Guarulhos. No interior teremos no ano que vem o Sesc Birigui. A expansão é uma das marcas institucionais que demonstram a seriedade com que a nossa missão é levada adiante.

4. Mudando de foco e pensando em sua formação, o que de modo mais efetivo contribuiu para que o senhor desenvolvesse suas ideias sobre educação e cultura?

Posso dizer que toda a minha trajetória formativa esteve de algum modo ligada à área da educação e da cultura. Entrei no Sesc em 1968, naquele cargo de orientador social, como disse antes, que era um cargo que lidava com várias temáticas e questões, entre elas a cultural. Do primário à faculdade, fui ligado ao mundo da cultura. Arte, cinema, espetáculos em geral, leitura e música sempre fizeram parte do meu universo pessoal, familiar, ou seja, eram uma matéria fundamental de consumo diário. Tenho uma formação muito aberta, genérica e ligada às humanidades e às artes, talvez esse seja o principal elemento que me fez ser o que sou hoje. E também o seminário...

Fui aluno de padres jesuítas, que são reconhecidos pela formação intensa e rigorosa que propõem. Era leitura, muito estudo e reflexão. Aprendi a pensar desde pequeno, a ter muita variedade de informação à volta. Sobretudo, a ter conhecimento dos clássicos, tanto do ponto de vista das humanidades quanto das artes – os clássicos da literatura universal, os grandes nomes da literatura grega, latina, que para a civilização ocidental são fundamentais. Mais tarde, tive contato com os clássicos da música, da literatura mais moderna.

Na adolescência e no início da fase adulta, a cultura brasileira entrou de maneira muito intensa, sobretudo a literatura e o cinema, e também

as artes visuais. Ao entrar no Sesc, percebi que conseguiria conciliar meus interesses em uma instituição que valorizava isso. Nos anos 1960 e 1970, a arte brasileira teve um significado muito importante, com uma proposta contundente frente à realidade do país. A música popular do período tinha a ver com uma atitude de rebeldia, de protesto. Entrei no Sesc para realizar de alguma forma aquilo que eu imaginava para o meu futuro profissional. Vi que poderia realizar um trabalho mais contundente e profundo, utilizando toda essa informação, esse conhecimento e esse tipo de interesse.

5. Em agosto de 2012 o Sesc criou o Centro de Pesquisa e Formação, que dispõe a público um curso de gestão cultural. Qual é a importância de um curso nessa área?

Primeiro, a criação do CPF veio reforçar uma ação que o Sesc já realizava ao longo dos anos, no oferecimento de cursos e na realização de pesquisas e disseminação de conhecimento, feita muitas vezes com parceiros e órgãos públicos. Diria que o CPF consolida essa ação institucional; e o curso de gestão, nos moldes em que foi pensado, é a forma que encontramos para contribuir com a qualificação do profissional da cultura, um profissional que muitas vezes vem de uma área específica – sociologia, história, letras etc – e que precisa ter uma visão mais abrangente do campo da cultura, de seus aspectos administrativos, envolvendo planejamento, ferramentas de mediação e modos de avaliação.

Nesse sentido, tenho pra mim que a gestão cultural é uma atividade profissional muito sofisticada, talvez até mais do que aquelas que têm uma exigência técnica. E para seu exercício, exige pessoas preparadas. Ninguém imagina colocar numa secretaria de obras alguém que não seja engenheiro. Mas ninguém exige que no campo da cultura se coloque alguém que entenda de cultura para valer. Que tenha formação.

Em outras palavras, penso que um curso de gestão cultural é necessário em vista da complexidade do cenário da cultura na atualidade. O gestor deve ter uma sólida e ampla formação. Também é preciso considerar o questionamento a respeito desse profissional do campo da cultura: Quem é ele? O que se espera dele? Qual a perspectiva que temos?

Por conta de suas ações, o Sesc tem algumas respostas. O que esperamos de um gestor cultural? Esperamos conhecimento, competência técnica, capacidade de se envolver de maneira inteligente com o público à sua volta e de entender a comunidade, além de habilidade política e inteligência para lidar com os demais agentes envolvidos no processo. As qualificações necessárias são abrangentes, mas partem fundamental-

mente do conhecimento da área. É importante haver um conhecimento amplo, mas não superficial, da realidade cultural de nossa civilização.

Há outros elementos também. Um primeiro é o de que o gestor cultural deve adotar uma prática saudável, baseada na ética e no respeito. Para nós, esse componente ético da cultura é fundamental. Eu sempre relaciono estética e ética, vinculando cultura e educação, num processo de crescimento e desenvolvimento de uma sociedade inteira.

6. Qual mensagem o senhor deixaria para os gestores culturais?

A minha mensagem é a de que o gestor cultural precisa ter uma formação humanista, que esteja aberta para entender que o investimento em educação e cultura formam o caminho para alcançar os principais valores da vida, como é o caso da autonomia e da liberdade.

Essa formação passa pela “politização da aprendizagem”, como dizia Paulo Freire, ou seja, passa pela transformação de todo cidadão em sujeito do conhecimento, em sujeito consciente que elabora os sentidos do mundo a partir de seu contexto, em sujeito que age integrado à sua cultura.

Penso que a cultura constitui um meio e um fim para o indivíduo, tomado isoladamente, e principalmente para a vida em sociedade, para o viver junto.

Tenho a mais plena convicção de que a ação do gestor cultural constitui passo necessário para o desenvolvimento social de base qualitativa, pois esse desenvolvimento não se resume à aquisição material, que é importante, claro, mas o lado qualitativo cria impacto na formação das pessoas, ampliando o espaço de criação do novo que cada um de nós pode trazer ao mundo.

Mais um ponto importante. Se o envolvimento com a cultura pode exigir uma entrega de corpo e alma, o trabalho de gestão cultural aproxima-se do exercício vocacional, que requer preparação, abertura para o novo, competência, trabalho em grupo, ação ética em prol do bem comum, e aprendizado constante.

E pensando no grande economista e gestor cultural que foi Celso Furtado, ex-ministro da cultura, penso que entre as qualificações do gestor está a de mesclar o “agir” e o “pensar”. Isto é, que ele ou ela, ao ocupar a posição de gestor, seja uma pessoa de ação que se porta como uma pessoa de pensamento, e uma pessoa de pensamento que pensa como uma pessoa de ação. Pois sabemos que manter no mesmo eixo de sentido o que se pensa e o que se faz, é um desafio e uma conquista no campo da cultura.